

CLI Sul S.A. e Controlada

Relatório sobre a Revisão de
Informações Financeiras
Intermediárias Individuais e
Consolidadas para o Trimestre
Findo em 30 de Setembro de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da
CLI Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da CLI Sul S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.


A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.


Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 3 de novembro de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2023	31/12/2022 (reapresentado)	30/09/2023	31/12/2022 (reapresentado)			30/09/2023	31/12/2022 (reapresentado)		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	190.244	182.531	591.534	428.313	Fornecedores	12.1	36	4.925	15.171	19.986
Contas a receber	4	-	-	25.186	22.780	Debêntures	16	125.898	23.450	125.898	23.450
Estoques	5	-	-	11.257	11.875	Obrigações trabalhistas	14	-	-	19.501	19.071
Tributos a recuperar	7	1.970	269	19.658	2.269	Obrigações tributárias	14	116	661	21.070	49.583
Partes relacionadas	6	-	-	27.402	11.457	Passivo de arrendamento	13	-	-	16.234	15.630
Outros créditos		3	36	2.668	4.131	Partes relacionadas	6	145.817	-	168.728	26.258
Total do ativo circulante		192.217	182.836	677.705	480.825	Outras contas a pagar	12.2	-	-	28.702	37.619
						Total do passivo circulante		271.867	29.036	395.304	191.597
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	-	-	13.809	29.791	Debêntures	16	781.868	780.795	781.868	780.795
Ativo indenizatório	2.6	-	-	57.613	66.189	Passivo de arrendamento	13	-	-	83.246	79.902
Depósitos judiciais	17	-	-	2.771	375	Partes relacionadas	6	-	123.693	-	123.693
Investimentos	8	1.631.543	1.536.562	-	-	Provisão para riscos	17	-	-	59.805	69.396
Imobilizado	10	-	-	82.054	63.627	Total do passivo não circulante		781.868	904.488	924.919	1.053.786
Direito de uso	9	-	-	94.372	94.169						
Intangível	11	-	-	1.569.809	1.680.419	Total dos passivos		1.053.735	933.524	1.320.223	1.245.383
Total do ativo não circulante		1.631.543	1.536.562	1.820.428	1.934.570						
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18				
						Capital social		800.001	800.001	800.001	800.001
						Prejuízos acumulados		(29.976)	(14.127)	(29.976)	(14.127)
								770.025	785.874	770.025	785.874
						Participação de não controladores		-	-	407.885	384.138
						Total do patrimônio líquido		770.025	785.874	1.177.910	1.170.012
TOTAL DOS ATIVOS		1.823.760	1.719.398	2.498.133	2.415.395	TOTAL DOS PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.823.760	1.719.398	2.498.133	2.415.395

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações apresentado em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	-	192.145	495.651
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	-	-	(74.047)	(208.598)
LUCRO BRUTO		-	-	118.098	287.053
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	22	(851)	(2.092)	(5.261)	(16.805)
Resultado de equivalência patrimonial	8	79.217	155.030	-	-
Outras despesas operacionais	22	(18.070)	(82.172)	(21.214)	(100.778)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		60.296	70.766	91.623	169.470
Receitas financeiras	23	6.107	17.881	20.957	48.077
Despesas financeiras	23	(36.465)	(104.496)	(37.150)	(119.093)
Variações cambiais, líquidas	23	-	-	1.109	(1.116)
Resultado financeiro líquido		(30.358)	(86.615)	(15.084)	(72.132)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		29.938	(15.849)	76.539	97.338
Imposto de renda e contribuição social corrente	15.1	-	-	(24.177)	(73.458)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.1	(3.580)	-	(21.210)	(15.982)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		26.358	(15.849)	31.152	7.898
ATRIBUÍVEL A					
Participação dos acionistas da Companhia		26.358	(15.849)	26.358	(15.849)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.794	23.747
PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO (EXPRESSO EM R\$ POR AÇÃO)	19	0,033	-0,020		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	26.358	(15.849)	31.152	7.898
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>26.358</u>	<u>(15.849)</u>	<u>31.152</u>	<u>7.898</u>
ATRIBUÍVEL A				
Participação dos acionistas da controladora	26.358	(15.849)	26.358	(15.849)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	4.794	23.747
TOTAL	<u>26.358</u>	<u>(15.849)</u>	<u>31.152</u>	<u>7.898</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
 PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação dos acionista não controladores	Total
	Capital social	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total		
		Reserva legal	Retenção de lucros	Total				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E SETEMBRO DE 2022	1	-	-	-	-	1	-	1
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 (original)	800.001	770	10.979	11.749	-	811.750	347.726	1.159.476
Ajustes nos valores provisórios da combinação de negócios	-	(770)	(10.979)	(11.749)	(14.127)	(25.876)	36.412	10.536
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 (reapresentado)	800.001	-	-	-	(14.127)	785.874	384.138	1.170.012
Lucro (Prejuízo) do período	-	-	-	-	(15.849)	(15.849)	23.747	7.898
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	800.001	-	-	-	(29.976)	770.025	407.885	1.177.910

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/09/2023	30/09/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) do período		(15.849)	7.898
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	60.049	121.142
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	15.1	-	89.440
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos	23	103.521	114.393
Provisão para riscos, líquido	17	-	(6.756)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(155.030)	-
Atualização de saldo a pagar em combinação de negócios	22	-	22.124
Provisão para perdas de crédito esperadas	4	-	5
		(7.309)	348.246
Redução (Aumento) em ativos:			
Contas a receber de clientes		-	(2.411)
Estoques		-	618
Impostos a recuperar		(1.701)	(17.389)
Partes relacionadas		-	(15.945)
Outros ativos circulantes e não circulantes		33	(933)
Aumento (Redução) em passivos:			
Fornecedores		(4.889)	(4.815)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		(545)	36.352
Provisão para riscos		-	5.741
Partes relacionadas		22.124	(3.347)
Outros passivos circulantes e não circulantes		-	(8.917)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		7.713	337.200
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(137.893)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		7.713	199.307
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições no ativo imobilizado e intangível	10	-	(23.332)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	(23.332)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	13	-	(1.882)
Juros pagos de passivo de arrendamento	13	-	(10.872)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	(12.754)
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		7.713	163.221
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		182.531	428.313
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		190.244	591.534
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.713	163.221

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora	Consolidado
	01/01/2023 a	01/01/2023 a
	30/09/2023	30/09/2023
RECEITAS	-	536.286
Vendas de produtos e serviços	-	535.997
Outras receitas operacionais	-	294
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	-	(5)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.959	112.411
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	-	34.080
Materiais, energia, serviços de terceiros	1.959	78.331
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.959)	423.875
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	60.048	121.141
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(62.007)	302.734
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	172.911	42.399
Resultado de equivalência patrimonial	155.030	-
Receitas financeiras e variação cambial positiva	17.881	42.399
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	110.904	345.133
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	110.904	345.133
PESSOAL	-	72.769
Remuneração direta	-	53.443
Benefícios	-	16.540
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	2.786
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	923	139.722
Federais	864	115.793
Estaduais	1	60
Municipais	58	23.869
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	125.830	124.744
Despesas financeiras e variação cambial negativa	103.664	116.540
Aluguéis	42	(13.263)
Outros	22.124	21.467
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(15.849)	7.898
Prejuízo retidos no período	(15.849)	(15.849)
Participação dos acionista não controladores	-	23.747

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
REFERENTE AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado)

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A CLI Sul S.A. (“Companhia” ou “CLI Sul”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de agosto de 2021, exercício em que permaneceu sem atividades operacionais.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras Companhias, a prestação de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de “commodities”, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque. A Companhia opera apenas no segmento de terminais de transbordo e exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos, região sudeste do Brasil.

Em julho de 2022 a CLI Sul foi adquirida pela atual controladora, Corredor Logística e Infraestrutura S.A. por montante irrelevante para viabilizar a aquisição da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), de acordo com a estratégia de negócios da Companhia. Até a aquisição da EPSA em Novembro de 2022, não houve transações na Companhia.

Em virtude do início de suas atividades somente em novembro de 2022, não existe saldo comparativo das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

Concessão do terminal portuário Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”)

A Companhia, por meio de sua controlada EPSA, detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, com prazo até março de 2036. A EPSA é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de “commodities”, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A EPSA está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão são extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

Aquisição EPSA

Em 15 de julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a compra de 80% da participação acionária na EPSA (ações ordinárias com direito a voto), que opera e controla os terminais T16 e T19 no Porto de Santos; em 14 de novembro de 2022, foi concluída a operação junto à Rumo S.A. A partir dessa data o controle acionário passou a ser detido pela Companhia. A EPSA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Guilherme Weinschenck, 886 na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

1.2. Outros assuntos

Conflito entre Rússia e Ucrânia

Contexto geral

A invasão da Ucrânia pelas forças russas, em 24 de fevereiro de 2022, constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das Companhias em geral.

Os impactos foram sentidos imediatamente nos mercados de “commodities” e financeiros ao longo desse período, desde o início da guerra. Algumas sanções foram impostas contra a Rússia por países que não concordam com os termos relatados para tal invasão. As consequências para a Rússia e os demais países são imediatamente aparentes, mas a longo prazo haverá também consequências significativas para a economia global. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

Os riscos desses eventos são significativos nas cadeias de abastecimento (especialmente no que diz respeito à demanda de energia), nos mercados de venda, no fornecimento de crédito pelos bancos, na gestão de cyber-ataques, entre outros exemplos. Tais riscos afetam direta ou indiretamente a economia global (investimentos, câmbio, inflação, petróleo, comércio internacional etc.), sujeita a impactos financeiros, caso as partes envolvidas não cheguem a um acordo.

Impactos na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no período findo em 30 de setembro de 2023. A Companhia monitora constantemente os possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

- Fertilizantes: Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). Portanto, o Brasil enfrentaria dificuldades para substituir a oferta daqueles dois países por outros fornecedores, dado o seu peso na balança comercial entre os países.

- “Commodities”: No ano de 2022 percebeu-se um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas “commodities”, incluindo o milho e o trigo. A Companhia monitora efeitos relacionados ao potencial de exportação brasileiro e as condições que podem subsidiar o aumento das exportações, o que pode beneficiar as operações da Companhia e sua controlada. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, e outros custos de insumos. Até o momento, não se apontou impactos negativos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e sua subsidiária. A Administração continuará monitorando os fatos sobre o conflito, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o “*impairment*” de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam tal necessidade. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa (“UGC”) foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de “*impairment*”. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentadas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros e contas a receber entre outros itens analisados.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023 foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 673, de 20 de outubro de 2011, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente à IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas na troca de ativos.

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa nº 2.5 para maiores detalhes.

2.3. Base para consolidação

a) Investimento em controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações financeiras individuais intermediárias, os investimentos em controlada são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As informações financeiras intermediárias da controlada são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controlada são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

Conforme descrito no contexto operacional, a Companhia adquiriu 80% (oitenta por cento) das ações da EPSA em 14 de novembro de 2022 (nota explicativa nº 2.6). Sendo assim, não estão sendo apresentados saldos consolidados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, e a comparabilidade ficou sem efeito.

b) Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um “input” - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar “output” - saída de recursos.

O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o “input” - entrada de recursos adquirido em “outputs” - saídas de recursos, e os “inputs” - entradas de recursos adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir “outputs” e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo “outputs” - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

c) Participação de não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada, localizada no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e sua controlada reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

b) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e sua controlada revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e sua subsidiária calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e sua controlada para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente à IFRS 9).

d) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para “demurrage”, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresentamos os principais custos portuários incorridos pela Companhia e sua controlada:

- Provisão para “demurrage”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.
- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.
- “Laytime” (Estadia de navio): Para alguns contratos da EPSA, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao “laytime” (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

e) Provisão para riscos

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

f) Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.6., os ativos e passivos assumidos por meio de combinação de negócios são avaliados ao valor justo. A determinação dos valores justos desses ativos e passivos podem se basear em dados não observáveis, caso os dados observáveis de mercado não estejam disponíveis, de modo que podem ser exigidos julgamentos e estimativas por parte da Administração da Companhia.

g) Passivos de arrendamento

A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nessa estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o “rating” de crédito).

2.6. Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e Combinação de negócios

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo reapresentadas, em conformidade com o IFRS 3 / CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência do assunto descrito abaixo.

Em 14 de novembro de 2022, a Companhia concluiu a operação de aquisição de 80% das ações ordinárias com direito a voto da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”). O valor total da operação foi de R\$1.524.093, sendo pago conforme demonstrado abaixo.

A tabela a seguir resume a o cálculo contraprestação transferida na data da transação:

Valor fixo da contraprestação paga em caixa	1.400.400
Contraprestação contingente (nota explicativa nº 6)	<u>123.693</u>
Contraprestação a ser transferida na data da transação	<u>1.524.093</u>

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a CLI Sul passou a deter o controle da EPSA.

Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da EPSA foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro final de alocação do preço pago, por empresa de avaliação independente.

No trimestre, a CLI Sul concluiu a alocação da contraprestação transferida nesta aquisição, e está rerepresentando nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas os impactos decorrentes da mensuração final. A comparação entre a alocação provisória e a alocação final, estão descritas abaixo.

Essa contabilização preliminar e final considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia.

Com relação à aquisição da EPSA, a data-base 14 de novembro de 2022 foi utilizada pela Companhia para o reconhecimento contábil da aquisição do controle acionário do investimento e de sua respectiva consolidação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram detalhadas a seguir:

	<u>Preliminar</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Final</u>
Total da contraprestação (I)	1.524.093	-	1.524.093
(-) Valor justo dos ativos adquiridos	<u>2.188.882</u>	<u>24.548</u>	<u>2.213.430</u>
Caixa	17.119	-	17.119
Aplicações financeiras	221.850	-	221.850
Contas a receber	24.969	-	24.969
Estoque	14.494	(3.046)	11.448
Imposto de renda diferido	16.715	-	16.715
Imobilizado (1)	583.815	46.220	630.035
Direito de uso	84.771	9.991	94.762
Intangível	5.100	-	5.100
Intangível - Licença de operação (2)	1.173.588	(53.348)	1.120.240
Ativo indenizatório (4)	41.458	24.731	66.189
Outros ativos	5.003	-	5.003
(+) Valor justo dos passivos assumidos	<u>280.611</u>	<u>27.703</u>	<u>308.314</u>
Fornecedores	13.539	-	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987	-	21.987
Adiantamentos	7.124	-	7.124
Obrigações tributárias	92.124	-	92.124
Arrendamentos CP	16.085	(561)	15.524
Passivo registrado a favor da Raízen (7)	-	11.918	11.918
Provisão de riscos (3)	41.171	24.731	65.902
Arrendamentos LP	88.581	(8.385)	80.196
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo (II)	<u>1.908.271</u>	<u>(3.155)</u>	<u>1.905.116</u>

	Preliminar	Ajustes	Final
Participação de não controladores (III)	381.654	(631)	381.023
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)	<u>(42.691)</u>	<u>42.691</u>	<u>-</u>
	338.963	42.060	381.023
(+/-) Outros ajustes (6) (IV)	<u>(8.006)</u>	<u>8.006</u>	<u>-</u>
Reconhecimento de compra vantajosa no resultado findo em 31 de dezembro de 2022 (provisório) (I-II+III+IV)	<u>(10.530)</u>	<u>10.530</u>	<u>-</u>

- (1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo. Em adição, foi reconhecido menos valia no ativo imobilizado no montante de R\$42.576 referente a totalidade do projeto para cobertura do cais de Santos, o qual foi concluído pela inviabilidade técnica em 2022.
- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multiperíodo ("MEEM"), método que isola a receita/fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estimado o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível. Em adição, visto que os ativos da adquirida refere-se a concessão, o qual serão retornados ao concedente ao término do período da concessão, não foi constituído ágio ou compra vantajosa, sendo alocado nessa rubrica.
- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos. Na alocação final, foi reconhecido passivo contingente relacionado a processos ambientais, identificados posteriormente a alocação preliminar.
- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA ("closing"). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária, trabalhista e ambientais.
- (5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da Elevações Portuárias S.A. pela CLI Sul S.A. ocorreu em 14 de novembro 2022. Desta forma, ajustes referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários.
- (6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e foram ajustados na alocação de preço final.

- (7) Posterior a alocação preliminar, foi constatado uma renegociação entre a EPSA e a Raízen decorrente de transações comerciais anteriores a aquisição da EPSA pela Companhia. Com isso, esse saldo foi ajustado no balanço de abertura com efeito na alocação de preço final.

Em decorrência desses assuntos supracitados, apresentamos abaixo os saldos rerepresentados comparados aos originalmente apresentados.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022 (original)	Ajustes IFRS 3/ CPC15	31/12/2022 (reapresentada)	31/12/2022 (original)	Ajustes IFRS 3/ CPC15	31/12/2022 (reapresentada)
ATIVO						
CIRCULANTES						
Estoques	-	-	-	14.922	(3.047)	11.875
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES	-	-	-	14.922	(3.047)	11.875
NÃO CIRCULANTES						
Impostos diferidos	-	-	-	15.315	14.476	29.791
Ativo indenizatório	41.171	(41.171)	-	41.171	25.018	66.189
Investimentos	1.528.507	8.046	1.536.553	-	-	-
Direito de uso	-	-	-	84.241	9.928	94.169
Intangível	-	-	-	1.695.768	(15.349)	1.680.419
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	1.569.678	(33.125)	1.536.553	1.836.495	34.072	1.870.567
TOTAL DOS ATIVOS	1.569.678	(33.125)	1.536.553	1.851.417	31.026	1.882.443
PASSIVOS CIRCULANTES						
Passivo de arrendamento	-	-	-	16.188	(558)	15.630
Partes relacionadas	-	-	-	14.340	11.918	26.258
Dividendos a pagar	3.660	(3.660)	-	3.660	(3.660)	-
Outras contas a pagar	-	-	-	37.648	(21)	37.627
TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTES	3.660	(3.660)	-	71.836	7.680	79.516
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES						
Debêntures	780.795	-	780.795	780.795	-	780.795
Passivo de arrendamento	-	-	-	88.234	(8.332)	79.902
Imposto de renda e contribuição social	3.580	(3.580)	-	3.580	(3.580)	-
Provisão para riscos	-	-	-	44.665	24.731	69.396
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	784.375	(3.580)	780.795	917.274	12.819	930.093
TOTAL DO PASSIVO	788.035	-	780.795	989.110	20.498	1.009.608
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Reserva de lucros	11.749	(11.749)	-	11.749	(11.749)	-
Prejuízos acumulados	-	(14.135)	(14.135)	-	(14.135)	(14.135)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia	11.749	(25.884)	(14.135)	11.749	(25.884)	(14.135)
Participação de não Controladores	-	-	-	347.726	36.412	384.138
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.749	(25.884)	(14.135)	359.475	10.527	370.002
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	799.784	(25.884)	766.660	1.348.585	31.026	1.379.611

2.7. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.7.1. IFRSs novas e revisadas, vigentes para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2023:

- i) IAS 12 (CPC 32) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação

Com relação a alteração na IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia avaliou e não identificou impactos no resultado do exercício ou nos lucros/prejuízos acumulados divulgado pela Companhia.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 15.2, em 30 de setembro de 2023 o montante reconhecido pela Companhia é de R\$7.771 de imposto de renda e contribuição social diferido ativo líquido sobre o direito de uso.

ii) Outras

Com relação as demais alterações relacionadas abaixo, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia avaliou e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

- Contratos de seguros IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021).
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Alterações à IAS 8/CPC 23, definição de estimativas contábeis.
- Apresentação das demonstrações financeiras Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição de caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	14	13.404	5.812	18.512
Aplicações financeiras	<u>190.230</u>	<u>169.127</u>	<u>585.722</u>	<u>409.801</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>190.244</u>	<u>182.531</u>	<u>591.534</u>	<u>428.313</u>

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 102% do CDI em 30 de setembro (100% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Composição das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações em bancos:				
CDB	190.230	138.741	585.722	338.726
Operações compromissadas (i)	-	30.386	-	71.075
Total Aplicações financeiras	<u>190.230</u>	<u>169.127</u>	<u>585.722</u>	<u>409.801</u>

- (i) Trata-se de operações de curto prazo lastreadas em títulos de renda fixa, integralmente liquidadas em 2023.

4. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Cientes estrangeiros	21.783	13.366
Cientes Nacionais	3.048	9.414
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(5)	-
Total	<u>25.186</u>	<u>22.780</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Créditos a vencer	18.626	18.799
Créditos vencidos até 60 dias	4.404	2.353
Créditos vencidos de 61 a 180 dias	855	1.628
Créditos vencidos acima de 180 dias	1.301	-
Total	<u>25.186</u>	<u>22.780</u>

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a Companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

5. ESTOQUE

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Peças e acessórios	9.159	9.723
Combustíveis e lubrificantes	423	344
Almoxarifado e outros	1.675	1.808
Total	<u>11.257</u>	<u>11.875</u>

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$6.205 em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para realização dos estoques para os períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 é como segue:

	Consolidado	
	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	(6.205)	-
Saldo oriundo de combinação de negócios	-	(6.205)
Saldo final	<u>(6.205)</u>	<u>(6.205)</u>

6. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (reapresentado)
<u>Ativo circulante</u>				
Contas a receber de clientes:				
Raízen Energia S.A. e Controladas (iv)	-	-	10.003	-
Rumo S.A. (ii)	-	-	17.399	11.457
Total Ativo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.402</u>	<u>11.457</u>
<u>Passivo circulante</u>				
Fornecedores:				
Rumo S.A. (iii)	-	-	18.916	14.340
Raízen S.A. (vi)	-	-	-	11.918
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (v)	-	-	3.995	-
Rumo S.A. (i)	145.817	-	145.817	-
Total Passivo circulante	<u>145.817</u>	<u>-</u>	<u>168.728</u>	<u>26.258</u>
<u>Passivo não circulante</u>				
Fornecedores:				
Rumo S.A. (i)	-	123.693	-	123.693
Total Passivo	<u>145.817</u>	<u>123.693</u>	<u>168.728</u>	<u>149.951</u>

- (i) Os antigos controladores da EPSA terão direito ao recebimento de um valor adicional de acordo com a performance futura do negócio e está condicionado a realização de incorporação societária no prazo de 18 meses a partir da data da aquisição da EPSA (14 de novembro de 2022). O valor atualizado da contraprestação contingente em 30 de setembro de 2023 é de R\$145.817 (R\$123.693 em 31 de dezembro de 2022); o efeito da atualização foi registrado na demonstração de resultado em outras despesas operacionais. Este valor corresponderá a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente da Controladora na data da liquidação. A Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) Combinação de negócios (IFRS 3), como contraprestação contingente pelo seu valor justo na data da aquisição o montante de R\$123.693, reconhecida como parte da combinação de negócios.

- (ii) Os saldos de contas a receber, no ativo circulante, são rateios de despesas administrativas entre a controlada EPSA e Rumo S.A. com preços e condições determinados entre as partes.
- (iii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos (empresas grupo Rumo) e do centro de serviços compartilhados do grupo Raízen.
- (iv) O saldo de contas a receber, no ativo circulante, referem-se a transações comerciais entre a EPSA e a Raízen S.A.
- (v) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos de serviços compartilhados com a Corredor Logística e Infraestrutura S.A.
- (vi) Saldo refere-se a transação entre a EPSA e Raízen incorrida antes da aquisição pela Companhia, estando alocado no preço de aquisição (nota explicativa nº 2.6).

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, os quais são negociados em condições normais de mercado. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Transações com partes relacionadas

	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2023</u>
Receita operacional líquida:	
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	90.360
Rumo S.A. (iii)	16.227
Outros	<u>3.200</u>
	<u>109.787</u>
Compras de produtos/insumos:	
Logispot Armazéns Gerais S.A. (ii)	(8.928)
Rumo S.A. (iii)	(2.159)
Outros	<u>(1.044)</u>
	<u>(12.131)</u>
Despesa compartilhada:	
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (iv)	<u>(7.512)</u>
	<u>(7.512)</u>

- (i) A prestação de serviços no período findo em 30 de setembro de 2023 para a Raízen Energia e a Raízen S.A. se refere à armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado. (empresas grupo Rumo).
- (ii) A prestação de serviços no período findo em 30 de setembro de 2023 junto à Logispot Armazéns Gerais S.A. se refere à locação de espaço para armazenagem, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo).

- (iii) A prestação de serviço no período findo em 30 de setembro de 2023 junto à Rumo S.A. se refere à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo).
- (iv) A prestação de serviços no período findo em 30 de setembro de 2023 junto à Corredor Logística e Infraestrutura S.A. se refere à rateios corporativos de serviços compartilhados, de acordo com o contrato entre as partes.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS	-	-	209	95
COFINS			5.572	-
IRPJ/CSLL	1.970	269	13.479	1.776
Previdenciário	-	-	398	398
Total	<u>1.970</u>	<u>269</u>	<u>19.658</u>	<u>2.269</u>

8. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos:

Nome da controlada	EPSA
Controladora	CLI Sul S.A.
Tipo de investimento	Investimentos em controlada direta
Número de ações	672.397.257
Tipo de ações	Ordinárias
% Participação	80%

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022 (i)</u>
Total do ativo de controlada	2.305.916	2.187.899
Total do passivo de controlada	266.487	284.129
Patrimônio líquido de controlada	2.039.428	1.876.233
Resultado de controlada	<u>193.787</u>	<u>43.819</u>
Valor do investimento	<u>1.631.543</u>	<u>1.528.507</u>

- (i) O lucro da controlada refere-se ao período após a obtenção do controle em 14 de novembro de 2022. Como parte da alocação final, a Administração revisou os resultados de 16 dias incorridos novembro de 2022, conforme nota explicativa nº 2.6. Os ajustes decorrentes foram efetuados como parte do preço de alocação final da combinação de negócios.

b) Movimentação dos investimentos:

	<u>EPSA</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Aquisição de controlada	1.524.093
Equivalência patrimonial	7.559
Amortização de mais-valia	<u>4.910</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	1.536.562
Equivalência patrimonial	155.030
Amortização de mais-valia	<u>(60.049)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2023	<u>1.631.543</u>

9. DIREITO DE USO

<u>Consolidado (reapresentado)</u>					
Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2021	Saldos oriundos de combinação de negócios	Depreciação	Saldo contábil 31/12/2022	
Concessão - Elevações portuárias S.A.	14	-	94.762	(593)	94.169
Total do ativo		<u>-</u>	<u>94.762</u>	<u>(593)</u>	<u>94.169</u>

<u>Consolidado</u>					
Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2022	Remensuração (nota explicativa nº 13)	Depreciação	Saldo contábil 30/09/2023	
Concessão - Elevações portuárias S.A.	14	94.169	5.830	(5.627)	94.372
Total do ativo		<u>94.169</u>	<u>5.830</u>	<u>(5.627)</u>	<u>94.372</u>

10. IMOBILIZADO

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Terrenos, edifícios e benfeitorias	18.482	18.598
Máquinas, equipamentos e instalações	15.303	17.134
Obras em andamento	47.686	27.026
Móveis e utensílios	583	869
Total	<u>82.054</u>	<u>63.627</u>

Movimentação do ativo imobilizado do Consolidado

	<u>Terrenos, edifícios e benfeitorias</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Máquinas, equipamentos e instalações</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-
Adições	-	-	2.313	-	2.313
Depreciação no exercício	(2.077)	(28)	-	(516)	(2.621)
Saldos oriundos de combinação de negócio (i)	<u>20.675</u>	<u>897</u>	<u>24.713</u>	<u>17.650</u>	<u>63.935</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.598	869	27.026	17.134	63.627
Adições	-	-	23.122	-	23.122
Depreciação no período	(922)	(286)	-	(3.487)	(4.695)
Transferências	<u>806</u>	<u>-</u>	<u>(2.462)</u>	<u>1.656</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de setembro de 2023	<u>18.482</u>	<u>583</u>	<u>47.686</u>	<u>15.303</u>	<u>82.504</u>

- (i) Conforme nota explicativa nº 2.6, foi alocado ao ativo imobilizado o montante de R\$630.035. Conforme prática contábil da Companhia, os ativos reversíveis que ao poder concedente ao final, foi classificado como intangível (R\$566.100). Vide nota explicativa nº 11.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	<u>Vida útil - 2023</u>
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 15 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos

Em 30 de setembro de 2023, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

11. INTANGÍVEL

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022 (reapresentado)</u>
Licença de operação	147.553	156.432
Bens de concessão	497.189	518.080
Mais-valia - Contrato de Concessão	<u>925.067</u>	<u>1.005.907</u>
	<u>1.569.809</u>	<u>1.680.419</u>

Licença de operação

Se refere ao valor pago a título de outorga no contrato de concessão da controlada EPSA.

Mais-valia

Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais-valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da EPSA pela CLI Sul, tal montante será amortizado em 159 parcelas até 2036 (em 30 de setembro de 2023 são 150 parcelas remanescentes) de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela EPSA.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização % (Consolidado)
Licença de operação e bens de concessão (CLI Sul S.A. - EPSA)	3,70%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

	Consolidado			
	Licença de operação	Mais-valia	Bens de concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Saldos oriundos de combinação de negócio (nota explicativa nº 2.6)	157.415	1.014.313	519.712	1.691.440
Amortização no exercício	(983)	(8.406)	(1.632)	(11.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	156.432	1.005.907	518.080	1.680.419
Adição	-	-	210	210
Amortização no período	(8.879)	(80.840)	(21.101)	(110.820)
Saldo em 30 de setembro de 2023	<u>147.553</u>	<u>925.067</u>	<u>497.189</u>	<u>1.569.809</u>

Em 30 de setembro de 2023 a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

12.1. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	36	4.925	15.167	17.864
Outros	-	-	4	2.122
Total fornecedores	<u>36</u>	<u>4.925</u>	<u>15.171</u>	<u>19.986</u>

12.2. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Provisão de “demurrage” (nota explicativa nº 2.5 (d))	8.646	27.364
Provisão de estadia (nota explicativa nº 2.5 (d))	2.097	2.497
Adiantamento de clientes	13.141	3.615
Outros	4.818	4.143
Total Outras contas a pagar	<u>28.702</u>	<u>37.619</u>

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia chegou a sua taxa de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, à época da transação, a taxa obtida foi de 14,20% a.a. A movimentação de saldos de passivo de arrendamento a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Saldos oriundos de combinação de negócio - Aquisição EPSA	95.720
Apropriação de juros	1.220
Pagamento	<u>(1.408)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	95.532
Remensurações (efeito da atualização anual pelo IPCA)	5.830
Apropriação de juros	10.872
Pagamento de principal	(1.882)
Pagamento de juros	<u>(10.872)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2023	<u>99.480</u>
Circulante	16.234
Não circulante	<u>83.246</u>
	<u>99.480</u>

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os passivos de arrendamento:

Maturidade dos contratos

<u>Vencimento das prestações</u>	<u>Consolidado</u>
2023	4.446
2024	18.083
2025	18.109
2026 até o término do contrato	<u>185.626</u>
Valor não descontado	226.264
Juros embutido	<u>(126.784)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2023	<u>99.480</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	30/09/2023	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	226.264	99.480
PIS/COFINS potencial (9,25%)	20.929	9.202

Outras divulgações

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 6,69% a.a. (B3) para Controladora e sua subsidiária.

	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2023</u>
<u>Passivo de arrendamento</u>	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	99.480
Fluxo com projeção de inflação	<u>105.211</u>
Variação	<u>5.731</u>
<u>Direito de uso</u>	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	94.371
Fluxo com projeção de inflação	<u>99.807</u>
Variação	<u>5.436</u>
<u>Despesa financeira</u>	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	10.872
Fluxo com projeção de inflação	<u>11.498</u>
Variação	<u>626</u>
<u>Despesa de depreciação</u>	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	(5.627)
Fluxo com projeção de inflação	<u>(5.951)</u>
Variação	<u>(324)</u>

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Salários e encargos	-	-	19.501	19.071
Obrigações trabalhistas	-	-	19.501	19.071
IRPJ/CSLL	-	-	11.823	42.446
ICMS	-	-	1.996	2.042
COFINS	75	82	1.091	82
ISS	-	-	3.006	1.690
Outros impostos a recolher	41	579	3.154	3.323
Obrigações tributárias	116	661	21.070	49.583
Total	116	661	40.571	68.654

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

15.1. Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	29.938	(15.849)	76.539	97.338
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	(10.179)	5.389	(26.024)	(33.095)
Equivalência patrimonial	26.934	52.710	-	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	-	-	972	1.754
Crédito de imposto - não constituído (i)	(20.335)	(58.099)	(20.335)	(58.099)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>(3.580)</u>	<u>-</u>	<u>(45.387)</u>	<u>(89.440)</u>
Imposto de renda e da contribuição social no resultado				
IRPJ/CSLL Corrente	-	-	(24.177)	(73.458)
IRPJ/CSLL Diferido	(3.580)	-	(21.210)	(15.982)
Total	<u>(3.580)</u>	<u>-</u>	<u>(45.387)</u>	<u>(89.440)</u>

- (i) A movimentação apresentada na controladora, dada a ausência de expectativa de lucratividade futura e, portanto, ausência de recuperabilidade de seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para os próximos anos, não há aplicação do diferido sobre seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa acumulados; montante acumulado em 30 de setembro de 2023 é de R\$171.980 (31 de dezembro de 2022 em R\$26.597).

15.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das intermediárias individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2023</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u> (reapresentado)	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u> (reapresentado)
<u>Diferenças temporárias</u>				
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	1.188
Provisão para participação nos resultados	-	2.332	-	3.702
Demais provisões ("demurrage", riscos e outras)	-	13.238	-	14.458
Passivo de arrendamento	-	7.771	-	6.861
Juros Capitalizados	-	14.369	-	12.780
Provisão menos valia sobre imobilizado	-	-	-	14.476
Outros	-	1.203	-	403
Tributos diferidos - Ativos	<u>-</u>	<u>38.913</u>	<u>-</u>	<u>53.868</u>
<u>Créditos passivos de Diferenças temporárias:</u>				
Ágio fiscal amortizado	-	(22.769)	-	(22.769)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	(2.335)	-	(1.308)
Tributos diferidos - Passivos	<u>-</u>	<u>(25.104)</u>	<u>-</u>	<u>(24.077)</u>
Imposto de renda ativo diferido	-	13.809	-	29.791
Imposto de renda passivo diferido	-	-	-	-

Na controladora, dada a ausência de expectativa de lucratividade futura e, portanto, ausência de recuperabilidade de seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para os próximos anos, não há aplicação do diferido sobre seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa acumulados. Em relação ao imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias ativas, foram reconhecidas no limite em que a Companhia entende que conseguirá realizá-la com base na realização das diferenças temporárias passivas.

Já no plano consolidado, a controlada (EPSA) não apresenta saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a constituição de seu diferido.

16. DEBÊNTURES

		<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>Taxa de juros (%)</u>	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Debênture (a)/(b)	CDI + 3,20% a.a.	919.328	816.880
Custo de transação		<u>(11.562)</u>	<u>(12.635)</u>
Total		<u>907.766</u>	<u>804.245</u>
Circulante		125.898	23.450
Não circulante		<u>781.868</u>	<u>780.795</u>
		<u>907.766</u>	<u>804.245</u>

A movimentação das debêntures, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Saldo inicial	804.245	-
Captação em outubro de 2022	-	800.000
Custos apropriados (apropriar)	1.073	(12.635)
Juros Incorridos	102.448	16.880
Saldo final	<u>907.766</u>	<u>804.245</u>

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2023, são como segue:

Ano	Controladora e Consolidado 30/09/2023
2024	7.643
2025	38.569
2026	46.570
2027	102.569
2028 a 2031	586.517
Saldo final	<u>781.868</u>

a) Emissão de debêntures

Em outubro de 2022, a CLI Sul S.A. realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.

As debêntures e sua remuneração serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos relacionados às debêntures estão garantidas pelas ações de emissão da EPSA detidas pela Companhia equivalentes a 52% do capital social, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EPSA oriundos de contrato de prestação de serviços.

b) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

A primeira emissão de debêntures da CLI Sul está sujeita a certas condições restritivas, que contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a liquidez corrente, solvência e cobertura de juros (“covenants” financeiros), conforme segue:

Obrigações de medição anual apurada através das demonstrações financeiras da CLI Sul combinadas:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50.

Obrigações de medição semestral apurada através das demonstrações financeiras da CLI Sul consolidado.

- Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) consolidado mínimo de 1,20.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (“covenants” financeiros) sejam mensurados anualmente estão adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como, o semestral está adequadamente atendido em 30 de junho de 2023.

Além dos “covenants” financeiros, os contratos de empréstimo contêm cláusulas de “covenants” não financeiros, usuais no mercado, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos “covenants” financeiros.

Não foi identificado nenhum descumprimento de “covenants” financeiro ou não financeiro que ensejasse vencimento antecipado dos contratos de empréstimo da Companhia.

17. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
		(reapresentado)
Tributárias	2.383	1.965
Cíveis, regulatórias e ambientais	29.555	34.280
Trabalhistas	27.867	33.151
Total	<u>59.805</u>	<u>69.396</u>

	Depósitos judiciais	
	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Tributárias	418	-
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.753	207
Trabalhistas	600	168
Total	2.771	375

Movimentação das provisões para demandas judiciais consolidadas:

	Cíveis, regulatórias e			
	Tributárias	ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Saldos oriundos de combinação de negócio (nota explicativa nº 2.6)	1.965	31.205	32.732	65.902
Adição de provisão	-	3.075	419	3.494
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	1.965	34.280	33.151	69.396
Adição de provisão	418	-	60	478
Reversão de provisão	-	(4.703)	(2.531)	(7.234)
Pagamento	-	(22)	(2.813)	(2.835)
Saldo em 30 de setembro de 2023	2.383	29.555	27.867	59.805

Perdas possíveis

A Companhia possui contingências cuja expectativa de perda é possível, com base na avaliação da Administração, suportada por seus consultores jurídicos, que não foram registrados no passivo assumido da combinação de negócio resultado da aquisição da EPSA em 30 de setembro de 2023, de classe tributária, trabalhista, cível, regulatória ou ambiental é de R\$3 (31 de dezembro de 2022 - R\$0).

Na controladora não existem processos com classificação de perda possível em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é de R\$800.001 representado por 800.000.500 (oitocentos milhões e quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às ações existentes, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, sendo a Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (CLI Norte) sua única acionista.

18.2. Reserva de lucros

18.2.1. Reserva de retenção lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (dividendos e reserva legal) são apresentados nesta reserva, tais valores terão sua destinação deliberada em Assembleia Geral.

18.2.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

19. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no período.

	Controladora	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	26.358	(15.849)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo de resultado básico por ação (milhares)	800.001	800.001
Resultado básico por ação - R\$ mil	<u>0,033</u>	<u>(0,020)</u>

Não há ações ou instrumentos patrimoniais que gerem potenciais efeito de diluição no prejuízo do período findo em 30 de setembro de 2023.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No curso de seus negócios, a Companhia gerencia ativamente os riscos de crédito, liquidez e de mercado, portanto, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Classificação por categoria	Nível	Consolidado	
			30/09/2023	
			Contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	591.534	591.534
Contas a receber	Custo amortizado	-	25.186	25.186
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	27.402	27.402
Outros créditos	Custo amortizado	-	2.668	2.668
Total			<u>646.790</u>	<u>646.790</u>

	Classificação por categoria	Nível	Consolidado	
			30/09/2023	
			Contábil	Valor justo
<u>Passivos financeiros</u>				
Debêntures	Custo amortizado	-	907.766	955.410
Fornecedores	Custo amortizado	-	15.171	15.171
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	99.480	99.480
Partes relacionadas	Valor justo contra o resultado	Nível 2	168.728	168.728
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	28.702	28.702
Total			<u>1.219.847</u>	<u>1.267.491</u>

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Para os títulos que os juros são pós-fixados (debêntures e caixa e equivalentes de caixa), o valor justo aproximam-se do custo amortizado. A Companhia não possui títulos com juros pré-fixados.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Abaixo é apresentado a natureza e extensão dos riscos:

20.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

20.2. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

20.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Estimou-se valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os cenários II e III para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Consolidado	Risco	Taxa	30/09/2023			
			Exposição	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Aplicações financeiras			585.722	78.721	98.401	118.082
Ativos financeiros	CDI	13,44%	<u>585.722</u>	<u>78.721</u>	<u>98.401</u>	<u>118.082</u>
Debêntures	CDI	13,44%	907.766	122.004	152.505	183.006
Passivo de arrendamentos	IPCA	5,19%	99.480	5.163	6.454	7.745
Passivos financeiros			<u>1.007.246</u>	<u>127.167</u>	<u>158.958</u>	<u>190.750</u>
Exposição líquida			(421.524)	(48.446)	(60.557)	(72.669)

b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

Consolidado	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)			Juros a Incorrer	Valor Contábil em 30/09/2023
	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos		
Fornecedores	15.171	-	-	-	15.171
Debêntures	125.898	7.643	774.225	-	907.766
Passivo de arrendamento	16.234	24.404	185.626	126.784	99.480
Partes relacionadas	168.728	-	-	-	168.728
Outras contas a pagar	28.702	-	-	-	28.700
Passivos financeiros	<u>354.733</u>	<u>32.047</u>	<u>959.851</u>	<u>126.784</u>	<u>1.219.847</u>

c) Risco com taxa de câmbio

Em 30 de setembro de 2023, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2023</u>
<u>Ativo</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	5.784
Cientes estrangeiros	<u>33.089</u>
Total	<u><u>38.873</u></u>

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do período findo em 30 de setembro de 2023 de acordo com os seguintes cenários:

	<u>Consolidado</u>			
	5,0076	5,0828	3,8121	2,5414
<u>Ativos em dólar</u>	<u>Exposição</u> <u>US\$ mil</u>	<u>Cenário</u> <u>provável</u>	<u>Cenário I</u> <u>Depreciação</u> <u>- 25%</u>	<u>Cenário I</u> <u>Depreciação</u> <u>- 50%</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.155	87	(1.381)	(2.849)
Cientes estrangeiros	<u>6.608</u>	<u>497</u>	<u>(7.899)</u>	<u>(16.296)</u>
	<u><u>7.763</u></u>	<u><u>584</u></u>	<u><u>(9.280)</u></u>	<u><u>(19.145)</u></u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 30 de setembro de 2023 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$5,0828/US\$1,00.

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$3,8121/US\$1,00) e de 50% (R\$2,5414/US\$1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

21. RECEITA OPERACIONAL

	<u>Consolidado</u>	
	<u>01/07/2023 a</u> <u>30/09/2023</u>	<u>01/01/2023 a</u> <u>30/09/2023</u>
Mercado interno	100.799	255.471
Mercado externo	<u>107.541</u>	<u>280.526</u>
Total de receita bruta	208.340	535.997
Impostos sobre vendas	<u>(16.195)</u>	<u>(40.346)</u>
Total de receita líquida	<u><u>192.145</u></u>	<u><u>495.651</u></u>

22. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Material de uso e consumo	-	-	(3.362)	(11.176)
Pessoal e benefícios	-	-	(28.420)	(81.849)
Serviços de terceiros	(791)	(2.000)	(13.707)	(39.568)
Elevação portuária	-	-	(12.479)	(28.744)
Depreciação e amortização	(11.851)	(60.049)	(40.845)	(121.142)
Efeitos de atualização de saldo a pagar em combinação de negócios	(6.220)	(22.124)	(6.220)	(22.124)
Outras despesas (i)	(59)	(91)	4.511	(21.578)
	<u>(18.921)</u>	<u>(84.264)</u>	<u>(100.522)</u>	<u>(326.181)</u>
Custos dos serviços prestados	-	-	(74.047)	(208.598)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(851)	(2.092)	(5.261)	(16.805)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(18.070)</u>	<u>(82.172)</u>	<u>(21.214)</u>	<u>(100.778)</u>
Total	<u>(18.921)</u>	<u>(84.264)</u>	<u>(100.522)</u>	<u>(326.181)</u>

- (i) No período findo em 30 de junho de 2023, foi reconhecido o montante de R\$11.918 referente transação entre a EPSA e Raízen incorrida antes da aquisição pela Companhia. Esse montante, foi devidamente ajustado na alocação do preço de aquisição (vide nota explicativa nº 2.6), impactando positivamente o trimestre findo em 30 de setembro de 2023.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Receita sobre aplicação financeira	6.107	17.881	16.450	43.570
Outras receitas financeiras	-	-	4.507	4.507
Total das receitas financeiras	<u>6.107</u>	<u>17.881</u>	<u>20.957</u>	<u>48.077</u>
Juros sobre empréstimos obtidos	(35.058)	(102.448)	(35.058)	(102.448)
Juros apropriados com arrendamento	-	-	(3.619)	(10.872)
Juros revertidos (pagos) sobre tributos (i)	-	-	3.691	(1.283)
Outras despesas financeiras	<u>(1.407)</u>	<u>(2.048)</u>	<u>(2.164)</u>	<u>(4.490)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(36.465)</u>	<u>(104.496)</u>	<u>(37.150)</u>	<u>(119.093)</u>
Variação cambial líquida	-	-	1.109	(1.116)
Total Resultado Financeiro	<u>(30.358)</u>	<u>(86.615)</u>	<u>(15.084)</u>	<u>(72.132)</u>

- (i) No período findo em 30 de junho de 2023, foi reconhecido o montante de R\$4.974 referente a juros pagos devido ao atraso de pagamento de imposto de renda e contribuição social de anos de 2021 e 2022, antes da aquisição da EPSA pela Companhia, os quais foram efetivamente pagos pela EPSA. Referido montante foi reembolsado pela controladora anterior da EPSA no trimestre findo em 30 de setembro de 2023.

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações reportadas a Diretoria Executiva (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho do negócio se concentram nas estruturas da operação de concessões, gestão logística e armazenamento de grãos no Porto de Santos, na região Sudeste do Brasil.

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o período findo em 30 de setembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Itens não caixa	Controladora 30/09/2023	Consolidado 30/09/2023
Remensuração de arrendamento	-	5.830

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento principal e juros das debêntures

Em 10 de outubro de 2023, foi amortizado os montantes de R\$123.182 e R\$8.000 referente a juros incorridos no período e 1º parcela do principal, respectivamente, das debêntures.

Redução de capital da Companhia e controlada EPSA

Em 20 de outubro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e da controlada EPSA, deliberaram sobre a redução de capital em R\$419.000 da Companhia e em R\$495.200 da controlada EPSA.

A eficácia da redução de capital é condicionada a publicação das referidas atas das assembleias ocorridas em 26 de outubro de 2023 e, no decurso de 60 dias da publicação, a não apresentação, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se houver oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial devido a tais credores, conforme estabelecido no art. 174, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

Emissão de debêntures pela EPSA

Em 27 de outubro de 2023, o Conselho de Administração da controlada EPSA aprovou a emissão de debêntures simples não conversíveis em ações que foram utilizadas como lastro de Certificados de Recebíveis Imobiliários – “CRI” emitidos, conforme a Resolução CVM 160 e 60 e destinado para investidores profissionais, pela “Opea Securitizadora S.A.” no montante de R\$196.000, vencimento em 10 anos e remuneração fixa de IPCA+6,35% ou NTN-B32+1% ao ano (a maior entre os dois).

27. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de novembro de 2023 e autorizadas para publicação na mesma data.
